



## **A ORGANIZAÇÃO RECA E O DESENVOLVIMENTO EXTRATIVISTA SOLIDÁRIO NO CONTEXTO AMAZÔNICO BRASILEIRO**

**Charles Carminati Lima  
Valmor Schiochet  
Luciano Félix Florit  
Maria Roseli Rossi Avila**

### **Resumo**

Na Amazônia, mais precisamente no estado de Rondônia, com a escassez dos recursos naturais, a preocupação com o meio ambiente vem estimulando iniciativas sustentáveis de produção na perspectiva da equidade social. Em resistência ao modelo capitalista tradicional de desenvolvimento, destaca-se a proposta da Economia Solidária, que constitui uma alternativa de geração de trabalho e renda que busca a inserção social e econômica dos excluídos da sociedade. Entende-se por Economia Solidária, iniciativas que visem minimizar problemas relacionados ao desemprego crescente, que por meio dos Empreendimentos Solidários, promovem geração de renda para parte da população que não é atendida pelo modelo capitalista tradicional de produção. Destaca-se neste artigo, um estudo realizado na Organização de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA), localizado em Nova Califórnia (RO), como um modelo solidário de empreendimento inclusivo de produção a partir da análise realizada por Sato (2013). Como principais resultados, destaca-se a contribuição da atividade produtiva extrativista do Reça, apresenta um modelo de sustentabilidade e preservação dos recursos naturais renováveis, com inclusão social, e disseminação de valores ecológicos. Foi identificado um sistema de produção resultante de uma articulação entre uma lógica de recursos coletivos (da organização) e de uma gestão sob a governança dos agricultores (autogestão). Quanto aos procedimentos metodológicos, envolve estudo de caso, com pesquisa descritiva e exploratória, e abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Amazônia. Economia Solidária. Empreendimentos Solidários. Extrativismo.

### **1 INTRODUÇÃO**

Na Amazônia, com a escassez de recursos naturais e a preocupação com o meio ambiente, os agricultores familiares, ribeirinhos, e outros povos tradicionais, vem buscando alternativas sustentáveis de produção. O objetivo é aproveitar os recursos naturais provenientes do solo, da água e do ar, de maneira a suprir todas as demandas da geração atual sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras. Na perspectiva do desenvolvimento como estímulo à agricultura no Brasil, a busca pela sustentabilidade ambiental vem sempre sobreposta às variáveis sociais, econômicas e tecnológicas, envolvendo uma dimensão valorativa que preestabelece o rumo dos caminhos a serem seguidos.

Com o objetivo de estimular a ocupação da região amazônica, o governo militar criou, em 1970, um conjunto de medidas que motivou a ocupação territorial da região e a migração de agricultores provindos, principalmente, do Sul do Brasil. Esses



agricultores migraram com o propósito de aquisição de novos espaços rurais e melhor condição de vida na expectativa do desenvolvimento econômico capitalista.

O capitalismo, capaz de enfrentar várias crises e, ainda assim, se fortalecer, depara-se na atualidade com formas de resistências, por se tratar de um modelo sustentado por desigualdades e injustiças. Nesse sentido, paralelos ao sistema de acumulação existem formas alternativas de produção, que buscam atender e suprir as necessidades mínimas da parcela da população que se encontra à margem do sistema vigente. Destaca-se a Economia Solidária, caracterizada pela prática de “outra forma de economia” agregando, além de características econômicas, as questões sociais.

O estudo aborda a Economia Solidária, por meio da proposta dos Empreendimentos Solidários, cujos conceitos e objetivos divergem do modo capitalista de produção, gerador de múltiplas injustiças e desigualdades sociais. A prática de empreendimentos inclusivos vem a ser uma possível alternativa para contornar a situação, principalmente para os pequenos agricultores familiares da Amazônia. O texto apresenta um estudo de caso da Organização de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA), uma associação de pequenos agrossilvicultores, localizada em Nova Califórnia (RO). A organização é um exemplo de prática inclusiva e coletiva que se caracteriza como uma proposta de empreendimento solidário de produção extrativista que se contrapõem ao modelo de acumulação capitalista.

Como principais resultados, destaca-se a contribuição da atividade produtiva extrativista, com destaque para o modelo de sustentabilidade e preservação dos recursos naturais renováveis com valorização do capital humano e com equidade social, pois se utiliza dos Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs), cultivados, extraídos e comercializados, por meio dos sistemas agroflorestais (SAFs). Foi identificado um sistema de produção resultante de uma articulação do uso de recursos coletivos, solidários e com ações cooperadas de autogestão da organização.

## **2 CONCEPÇÕES E CONCEITOS: A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### ***2.1 Contexto histórico da Economia Solidária na Europa e no Brasil***

As crises históricas causadas pela dinâmica capitalista e econômica de mercado fizeram surgir movimentos de resistência, que se contrapõe às desigualdades sociais com o desafio de superar as fragilidades dos trabalhadores



resultantes da ação capitalista. Estes movimentos de resistência se evidenciam por meio de experiências coletivas e solidárias de trabalho, como é o caso da economia solidária (SINGER, 2002).

A economia solidária surgiu na Europa, como uma reação ao capitalismo industrial, que se configurava pela exploração do capital sobre o trabalho. Com as revoluções de 1848, surgem na França cooperativas de produção relacionadas aos empreendimentos capitalistas. Assim, a partir de 1850, são criadas, na Prússia, as primeiras cooperativas de crédito urbanas, idealizadas por Franz Hermann Schulze-Delitzsch<sup>1</sup> (1808-1883). Já as primeiras cooperativas rurais foram criadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que fundou as chamadas "Caixas de Crédito Raiffeisen" (SINGER, 2002).

O modo de produção capitalista da época por meio da expropriação de recursos naturais, da exploração da força de trabalho e da concentração e centralização do capital, condicionou a separação entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores (ESTENSSORO, 2003). Por consequência, a conversão da força de trabalho em mercadoria e a extração de suas principais características, em razão do avanço tecnológico dos meios de produção, intensificaram o ritmo do trabalho e a ocorrência da migração de indivíduos do campo para os centros urbanos. Migração essa, ocasionada pela busca de empregos nas fábricas e de melhorias da condição de vida dos operários e suas famílias.

Contudo, com o advento da industrialização, ocorreu o aumento em massa do desemprego, da precarização das relações de trabalho, bem como a intensificação da pobreza com a extrema exploração da classe trabalhadora que dedicava longas horas à atividade produtiva. Estes trabalhadores recebiam baixíssimos salários e viviam sob condições de grande precariedade (POLANYI, 1980; SOUZA, CUNHA E DAKUZAKU, 2003).

Segundo Marx (1990), a rotina de trabalho possuía jornadas que variavam de oito até dezoito horas. Em casos extremos, trabalhadores chegavam a pernoitar nos arredores da fábrica, o que demonstrava a intensa exploração do trabalho, umas das principais características do capitalismo industrial da época.

---

<sup>1</sup> Magistrado nascido em Delitzsch (Saxônia) que fundou bancos populares entre os artesãos e foi o autor do projeto que serviu de base à elaboração do primeiro Código Cooperativo, promulgado em 27 de março de 1867, na Alemanha.



O capitalismo industrial, como aponta Souza (1999), tinha como características o emprego intensivo de máquinas e equipamentos e a adoção crescente de inovações tecnológicas poupadoras de mão de obra. Em face disso, com as inovações, surgiram novos produtos e novos processos de produção, mais baratos e mais eficientes e, por conseguinte, a substituição dos trabalhadores nas indústrias, por máquinas, ocasionando efeitos excludentes da mão-de-obra do proletariado<sup>2</sup>.

Perante os efeitos excludentes do capitalismo industrial, originou-se um movimento denominado cooperativismo. Esse movimento iniciou pela ação de trabalhadores que se associaram a partir de princípios solidários e de ajuda mútua. Constituíam-se assim, sociedades cooperativas baseadas na associação entre iguais e na propriedade solidária, dando início à construção de um processo societário a partir das próprias contradições do capitalismo (SANTOS, 2005).

Dentre os principais expoentes do cooperativismo revolucionário, pode-se destacar o inglês Robert Owen<sup>3</sup> e os franceses Claude Henri de Rouvroy<sup>4</sup>, conde de Saint-Simon, François Marie Charles Fourier<sup>5</sup> e Pierre-Joseph Proudhon<sup>6</sup>, sendo estes os primeiros pensadores a demonstrar que a principal fonte de todos os males sociais estava na estrutura do sistema econômico baseado na propriedade privada (BERTUCCI, 2005).

Na Inglaterra, Robert Owen (1771-1859), nascido no País de Gales, foi o maior influenciador do movimento cooperativista. Owen foi considerado por Polanyi (1980) o inspirador do socialismo moderno e o principal representante do socialismo inglês da primeira metade do século XIX, publicando entre 1813 e 1814, a obra “*Uma Nova Visão da Sociedade*” (RUSS, 1991; BUBER, 2007). Sua contribuição ao

<sup>2</sup> Proletariado é a classe social mais baixa que se formou dentro das sociedades industrializadas.

<sup>3</sup> Robert Owen (14 de maio de 1771 – 17 de novembro de 1858) foi um reformista social galês, considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo. Foi um dos mais importantes socialistas utópicos.

<sup>4</sup> Claude-Henri de Rouvroy, (Paris, 17 de outubro de 1760 — Paris, 19 de maio de 1825), foi um filósofo e economista francês, um dos fundadores do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico.

<sup>5</sup> François Marie Charles Fourier, Filósofo e economista político francês nascido em Besançon, um dos mais radicais representantes do socialismo utópico em França e o criador da comunidade cooperativa conhecida como Fourierismo, e idealizador das hipotéticas comunidades denominadas falanstérios.

<sup>6</sup> Pierre-Joseph Proudhon (Besançon, 15 de janeiro de 1809 - Passy, 19 de janeiro de 1865) foi um filósofo político e econômico francês, foi membro do Parlamento Francês.



cooperativismo se deu, substancialmente, na fundação de aldeias cooperativas<sup>7</sup>, construídas ao redor das fábricas existentes na época. O objetivo dessas aldeias foi de os trabalhadores serem proprietários e gerirem os meios de produção coletivamente, trabalhando em atividades predominantemente agrícolas que integravam produção e consumo, originando assim os armazéns cooperativos, que tinham o propósito de consumo de produtos ou troca pelos produtos de outras sociedades (SINGER, 2002; 1998).

Já na França, entre a primeira metade do século XIX houve também uma grande influência na formulação do pensamento cooperativista. O primeiro a se destacar foi Claude Henri de Rouvroy, também conhecido como conde de Saint-Simon (1760-1825). Saint-Simon foi considerado o fundador do socialismo. A partir do olhar revolucionário de suas teorias, suas ideias ficariam conhecidas e consideradas como uma doutrina<sup>8</sup> que atribuía à primazia do jogo econômico em relação aos sistemas econômicos e colocava a indústria como a única fonte de todas as riquezas, estabelecendo-se como garantia última do existir social (CHARBONNEAU, 1983). Contudo, para Charbonneau (1983), apesar de Saint-Simon assinalar que a alma de uma nação reside em sua indústria, opunha-se às ideias dos liberais e fisiocratas<sup>9</sup>, e acreditava que uma sociedade com a presença de um Estado industrializado que objetivaria a busca do bem-estar das classes trabalhadoras pela produção, também teria como responsabilidade a redistribuição da riqueza e a importância da união das classes trabalhadoras em associações de cidadãos (ARROYO; SCHUCH, 2006).

O movimento de um sistema econômico autossustentável alicerçado em redes cooperativas de ajuda mútua, compreendido por economia solidária, foi crescendo significativamente no final do século XX, não apenas na Europa, mas também no Brasil e em diversos outros países. O crescimento foi devido ao estímulo à ideia de

<sup>7</sup> Também chamadas de colônias modelo, que no centro deste lugar (vilas), haveria um grande edifício dividido em vários “paralelogramos” compreendendo cozinhas públicas, oficinas, escolas, refeitórios, depósitos, enfermarias, bibliotecas, entre outros locais, cercados por 500 a 700 hectares de terra cultivada coletivamente.

<sup>8</sup> No sentido de ciência, doutrina significa disciplina, ensinamento [...] No sentido de convicção: opinião.

<sup>9</sup> Teorias econômicas, aplicadas à vida social e política. Os fisiocratas são contrários à intervenção do Estado na vida econômica e são partidários de um capitalismo agrário, com o aumento da produção agrícola, única solução para gerar riquezas para uma nação. Já o liberalismo econômico, critica a política mercantilista por ser baseada na intervenção estatal e sustenta a necessidade de uma economia dirigida pelo jogo livre da oferta e da procura de mercado.



resistência dos trabalhadores contra os princípios excludentes promovidos pelo capitalismo (SINGER, 2002).

O crescimento da economia solidária no contexto brasileiro se deu por fatores variados. Pode-se destacar a resistência dos trabalhadores à crescente exclusão, o desemprego urbano e a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista. Conforme Sampaio (2010), resistência que se manifestou primeiramente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes etc., normalmente de caráter individual ou familiar.

Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifestou na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, apontando alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado. (SAMPAIO, 2010).

No Brasil, a economia solidária ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores (as) à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. No entanto, ganha visibilidade na década seguinte quando se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora (SCHIOCHET, 2009).

Neste sentido, a crescente organização da economia solidária no que se refere à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, orientadas para a articulação nacional de uma configuração de redes locais e um estabelecimento de uma plataforma comum, vem dando um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial. Para Sampaio (2010), este espaço é privilegiado, pois diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou em 2003, na demanda ao então recém-eleito presidente Lula pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Como coordenador geral desta secretaria, o economista Paul Singer, estudioso da economia solidária que se tornou referência internacional no tema (SCHIOCHET, 2009).



Simultaneamente à criação da SENAES, foi criado, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento no país. A criação dessas duas instâncias, somada ao fortalecimento do campo da economia solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, consolida a recente ampliação e estruturação desse movimento, a partir de seus princípios e postulados (SAMPAIO, 2010).

## **2.2 Economia Solidária: uma construção de conceitos**

A partir das duas últimas décadas do século XX, com a abertura do mercado internacional e a reestruturação produtiva brasileira que ocasionou a perda de incontáveis postos de trabalho, surgem com maior intensidade as experiências de Economia Solidária no Brasil, em resposta, aos problemas do desemprego em massa e da acentuada exclusão social (SINGER, 2002).

Paul Israel Singer<sup>10</sup>, e Luiz Inácio Germany Gaiger<sup>11</sup> construíram uma identidade para a Economia Solidária em abrangência nacional, pois apresentaram questões relacionadas às desigualdades sociais como o desemprego, a pobreza e a exclusão. Contudo, o termo Economia Solidária no Brasil é atribuição do pesquisador Paul Singer, que a admitiu desde a década de 90 como uma forma de reintegrar a massa de desempregados no País (SCHIOCHET, 2009).

Atualmente conhecida como Economia Social, foi definida na França por André Guélin como aquela economia composta de organismos produtores de bens e serviços, cuja participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a atenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros (LECHAT, 2002).

Em 1994, Laville<sup>12</sup> caracterizou a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta da lógica do mercado capitalista, bem como da lógica do Estado. Para Lechat (2002), ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado, funcionando a partir de relações competitivas e interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de

<sup>10</sup> Economista austríaco naturalizado brasileiro, presidiu a secretária nacional de Economia Solidária durante os governos de Lula e Dilma.

<sup>11</sup> Sociólogo e pesquisador

<sup>12</sup> Pesquisador do *Centre de Recherche ET d'Information sur la Démocratie ET l'Autonomie* (CRIDA/CNRS).



fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adotando formas comunitárias de propriedade.

Em países em desenvolvimento como África e América Latina, o termo economia popular<sup>13</sup> também é apreciado por autores como Nyssens e Larrachea (1994 e 1996) que neste caso, a definem como o setor da economia que é constituído pelo conjunto das atividades econômicas cujos atores fazem parte da população mais pobre da cidade (LECHAT, 2002).

O conceito de Economia Solidária segundo Schiochet (2009) é utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se cooperam e praticam a autogestão. Corroborado por Singer (2002) quando afirma que a Economia Solidária tem a mesma gênese do cooperativismo. Todavia, a partir de seu conceito recente, a Economia Solidária é considerada um novo cooperativismo, pois compreende a “volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p. 111).

Como o objetivo deste capítulo é compreender a construção dos conceitos gerais que permeiam a Economia Solidária, faz-se importante destacar as definições proporcionadas por Max-Neef (1986), Sach (1986), Sampaio (2010) e Razeto (1997), com a apresentação do conceito de ecossocioeconomia. Estes autores, de certa forma, auxiliam na busca do conhecimento sobre experiências em curso que convirjam a uma outra economia, denominada também na literatura de viés heterodoxo de socioeconomia (SAMPAIO *ET al.*, 2005b).

Também definida, em outros termos de economia descalça (Max-Neef, 1986), para Sach (1986a, 1986b) a ecossocioeconomia também pode ser entendida como economia social e economia popular solidária (RAZETO, 1997). Para Sampaio *ET al.* (2010), as iniciativas de ecossocioeconomia privilegiam problemas microeconômicos com soluções de base territorial com perspectivas endógenas para inibir problemas de empobrecimento das comunidades locais, mediante iniciativas participativas, descentralizadas e sociais.

---

<sup>13</sup> Conceito discutido e aferido por críticas contundentes, a exemplo de: A chamada economia popular em debate. Cadernos do CEAS, n. 153, p. 59-69, set./out. 1994. E Singer, 2000b: 143-147



O termo ecossocioeconomia, surge a partir da obra do economista ecológico Karl William Kapp (1963),<sup>14</sup> onde o primeiro prefixo “Eco” (Oikos = Casa) referindo-se a ecologia (SAMPAIO, *ET al.*, 2010). Em termos gerais, a ecossocioeconomia, está alicerçada na discussão sobre o eco desenvolvimento (entendido como antecedente do desenvolvimento sustentável), e que pondera as consequências sociais na ação econômica, na ecologia humana e no planejamento participativo.

Considerando a ecossocioeconomia voltada às organizações, a exemplo dos empreendimentos solidários, Sampaio *ET al.* (2010), apresenta a compreensão de que a mesma pode ser considerada como uma manifestação da economia solidária. E, que teria o objetivo de privilegiar o território local com vistas à valoração da ecologia como *locus* de vivência, ou seja, lugar onde as pessoas nascem, crescem, trabalham, e morrem. Neste sentido, o contexto do trabalho possui significados, seja reprodutivo, produtivo e redistributivo, e não sendo necessariamente sinônimo no seu conjunto de atividades repetitivas e alienantes, que muitas vezes são exploradas no capitalismo.

### **3 AMAZÔNIA: DO DESENVOLVIMENTO À CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS SOLIDÁRIAS DE TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL**

O modelo desenvolvimentista, de aporte neoliberal,<sup>15</sup> continuado pelo governo militar, com o objetivo de estimular a ocupação de regiões brasileiras como a Amazônia, de certa forma, estimulou o aumento na ocupação territorial nesta região a partir dos anos 70 (BRANDÃO, 2008).

Com a maior floresta pluvial tropical do mundo, a Amazônia abrange grande parte da região norte do Brasil e está presente nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Ocupando quase metade do território brasileiro, a região faz com que o Brasil seja um campeão de biodiversidade, encabeçando a lista dos países com maior biodiversidade do mundo, abrigando uma infinidade de espécies vegetais e animais (mais de 30 milhões de espécies) destacando-se: 1,5 milhão de espécies vegetais catalogadas; três mil

<sup>14</sup> Karl William Kapp foi um economista alemão. Estudou nas universidades de Königsberg e Berlim, doutorando-se em economia em Genebra, Suíça

<sup>15</sup> Doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.



espécies de peixes; mais de 950 tipos de pássaros; e ainda insetos, répteis, anfíbios e mamíferos (SATO, 2013; IBAMA, 2010).

Em seu contexto histórico, a região Amazônica, até fins da década de 60, permaneceu intacta em relação às ações do homem. No início de 1970 o governo brasileiro, preocupado com a integração da região ao restante do país, adotou uma política de ocupação e colonização para a região. Essa política, não tinha por finalidade apenas integrar a região, mas também, movida por fins econômicos desenvolvimentistas baseados na expansão da fronteira agrícola do país, explorar as riquezas minerais e outros bens naturais existentes. O governo visava ações, a partir da exploração e implantação da pecuária na região e diante das exigências do mercado internacional, que permitiriam ao Brasil um melhor posicionamento econômico e financeiro em nível mundial. (TEIXEIRA, 1998)

A história social da Amazônia, para Stockinger (2001), é entrelaçada à contextura do tradicional e do moderno desde o limiar da colonização até os dias atuais. As relações mercantilistas já estavam presentes nas atividades exploratórias das chamadas drogas do sertão cujo comércio alcançou a Europa em grande profusão. A atividade de coleta da salsaparrilha, pimenta do reino, banha de tartaruga, pau-brasil e similares, deixou raízes no trabalho tradicional com técnicas rudimentares. Já o seu beneficiamento e as relações estabelecidas com o comércio das especiarias assume características modernas de desenvolvimento na região Norte do Brasil.

Na Amazônia, assim como no Brasil, apesar dos conflitos sociais históricos no contexto das relações de poder que são elementos chaves na configuração do trabalho, pode-se observar nos dias atuais, segundo Nascimento (2016) diálogos entre o Estado e os movimentos sociais em detrimento da dívida social para com os trabalhadores e os excluídos socialmente das relações econômicas tradicionais do mercado.

Os trabalhadores, por sua vez, protagonizam um novo momento que lhes permite criar e desenvolver novas formas de trabalho com características mais solidárias, autossustentáveis e autogestionárias, como alternativa de consolidação social e econômica desses grupos sociais, a partir da concepção e das diretrizes propostas pela Economia Solidária, com vistas à criação de empreendimentos mais solidários e inclusivos de trabalho (NASCIMENTO, 2016).



### **3.1 Empreendimentos Solidários**

No Brasil, em especial nos anos 90, o trabalho alternativo de geração de renda ganha força, denominado como Economia Solidária, e a partir daí, o surgimento de empreendimentos inclusivos e solidários de geração de trabalho e renda (MATTOSO, 1999). Os empreendimentos de economia solidária são uma forma de gerar renda, baseados no princípio da autogestão e solidariedade, e englobam, principalmente, sujeitos que estão fora do mercado formal de trabalho, e que não possuem outra forma de obter renda para a sua subsistência e de sua família (SINGER, 2002).

Para Singer (2002), esses grupos, na maioria das vezes formados por pessoas em situação de vulnerabilidade social, se apresentam de várias formas como associações, cooperativas, grupos informais, sempre girando em torno da ideia de solidariedade, se contrapondo ao individualismo competitivo que é uma das principais características do comportamento econômico nas sociedades capitalistas.

Os empreendimentos solidários são os principais protagonistas do Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES), compondo a maioria da representação nas instâncias decisórias do Fórum: valores e ações futuras (CRUZ, 2006).

Os empreendimentos solidários, segundo Cruz (2006), são organizados de forma heterogênea, podendo-se destacar: cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos trabalhadores); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados a partir de diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras.

Os empreendimentos solidários caracterizam-se por se basearem nos princípios e valores expressos na Carta de Princípios da Economia Solidária.<sup>16</sup> Entre esses princípios se destacam, o exercício da autogestão na organização interna, onde o capital será constituído por cotas, distribuídas por igual entre todos os membros que,

---

<sup>16</sup> Escrito pelo Movimento de Economia Solidária, constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos.



desta forma, são sócios do empreendimento. O princípio geral norteador é o da autogestão, onde todos os que trabalham são donos e trabalham no empreendimento (LECHAT e BARCELOS, 2008).

Para Lechat e Barcelos (2008), a proposta de empreendimentos solidários produtivos atende diversos setores como a agricultura familiar, assessorias técnicas, produção e comercialização. E, por meio de atividades sociais e de incubadoras, orienta todo o processo produtivo buscando entender as necessidades do setor. No entanto, ainda carecem de uma legislação específica e de maior apoio do poder público.

#### 4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso, com pesquisa exploratória e descritiva de natureza qualitativa. Foram coletados dados primários e secundários mediante: (a) documentação da organização, tais como: estatuto e histórico institucional; (b) registros de arquivos relativos à produção e organização dos grupos; (c) entrevistas semiestruturadas; e, (d) observação direta *in loco* junto ao RECA no ano de 2013. Para tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

Figura 1: Participantes da pesquisa.

População Pesquisada	Reclassificação dos produtores
Líderes	49
Fundadores	7
Coordenadores	5
<b>Total de produtores</b>	<b>61</b>

Fonte: Sato (2013).

Participaram da pesquisa 61 agricultores associados ao RECA, sendo 05 que exerciam funções relacionadas à coordenação geral da organização e 56 agricultores considerados pelo grande grupo de produtores associados ao RECA como líderes e fundadores da organização desde sua implantação em 1989.

A escolha da organização objeto de investigação foi em função da problemática envolvida, isto é, estivesse no contexto amazônico e possuísse alguma prática relacionada aos Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs) e, adicionalmente, que possuísse práticas extrativistas e empreendedoras de acordo com a proposta da Economia Solidária.



Além disso, o RECA é o principal fomentador de PFNMs no Estado de Rondônia e tem metodologia produtiva reconhecida, entre alguns órgãos do Estado como a EMATER e a EMBRAPA e até entre a comunidade universitária.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A ORGANIZAÇÃO RECA NA AMAZÔNIA - POSSIBILIDADE EXTRATIVISTA DE EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO**

A organização Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA) está localizada na Ponta do Abunã, ao norte do Brasil, na divisa entre o estado de Rondônia e do Acre. A região faz parte do município de Porto Velho, Capital de Rondônia e divide-se em três distritos: Fortaleza do Abunã, Extrema e Nova Califórnia.

O município de Nova Califórnia adquiriu visibilidade nacional e vem sendo considerado um laboratório de um importante ecossistema, por fornecer matéria prima por meio do extrativismo para uma das maiores fábricas brasileiras de cosméticos, a Natura. Nesse município, um grupo de agricultores com origem predominante da região Sul do Brasil, acreditando que poderiam ser protagonistas de sua própria história, se organizou de forma coletiva na busca de soluções contra as adversidades e dificuldades de sobrevivência a partir do plantio em solo amazônico da época. Fundaram a Reça, cuja sede localiza-se a 364 quilômetros da capital de Rondônia (Porto Velho) e a 150 quilômetros da capital Rio Branco, estado do Acre (SATO, 2013, p. 135).

Com o decorrer da atividade produtiva na região, percebeu-se que o cultivo da lavoura de arroz, feijão e café (habituais na região Sul do Brasil), não se adaptavam bem as condições do solo e do clima amazônico. Deu-se então início, ao cultivo de plantas que já fossem adaptadas à região, como a castanheira, cupuaçuzeiro e a pupunheira. Esse plantio era realizado, utilizando-se da experiência e sabedoria dos moradores locais aliada à proposta associativista dos colonos do sul. Com o tempo, os produtores perceberam ser necessário plantar diferentes outras árvores próximas aquelas já cultivadas. A isso denominou-se de plantio consorciado. O modelo seguia o da própria floresta e visava manter a fertilidade do solo e ter mais opções de renda, além de preservar os recursos ambientais (RECA, 2003; SATO, 2013).



## **5.1 A dinâmica organizacional solidária do RECA**

Desde sua implantação em 1989, o Reca já passou por várias mudanças em sua estrutura. Manteve, no entanto, a essência do seu modelo organizacional que é de uma gestão totalmente participativa, solidária e com princípios extrativistas, onde todos se sentem parte da instituição. Segundo Sato (2013), as decisões são tomadas em grupo, por meio de reuniões que acontecem mensalmente em assembleias. Como objetivos, principais, da dinâmica organizacional solidária do Reca está:

a) A fixação do homem no campo, oferecendo aos agricultores melhores condições para o cultivo da terra; b) Produção para o auto sustento (segurança alimentar); c) Comercialização dos produtos com melhor qualidade de vida; d) Capacitação dos associados para auto administrar e gerir a atividade produtiva extrativista e a associação; e) Venda coletiva produção agrossilvicultural e extrativista nos mercados, nacionais e internacionais; f) Busca de alternativas de auxílio à preservação do meio ambiente e sua biodiversidade; g) Classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização, registro das marcas; e, certificação de seus produtos, entre outros.

O controle e coordenação da organização do Reca são mantidos pelo modelo de gestão adotado no início do projeto, onde os coordenadores e líderes fazem a articulação entre os produtores para que ocorra uma gestão compartilhada/integrada entre o Reca e o produtor. A base de organização solidária do Reca está nos grupos de famílias, que se reúnem, principalmente, por vizinhança.

Atualmente, existem aproximadamente 360 associados, divididos em 11 grupos: Baixa Verde, BR, Cascalho, Linha 05-2, Linha 05-3, Linha 06-5-1, Linha 12, Mendes Júnior, pioneiros I, Pioneiros II, Pioneiros III. Seus integrantes se reúnem mensalmente (geralmente durante a primeira semana de cada mês), para acompanhar a produção, a autogestão, o andamento das atividades do projeto, tomar decisões, discutir as demandas do grupo e buscar formas de supri-las, etc. (SATO, 2013).



## 5.2 A organização produtiva extrativista do RECA

A organização produtiva adotada pelo Projeto Reça é chamada de Sistemas Agroflorestais (SAFs)<sup>17</sup>, associada com a produção agro silvícola<sup>18</sup> e a conservação da floresta, aliando neste processo o modelo de gestão participativa, funcionando como um sistema de produção integrada entre os produtores e o Reça. Os Sistemas agroflorestais além de minimizarem a degradação ambiental, pela melhor utilização dos recursos naturais disponíveis, ainda apresentam um enorme potencial como fonte de soluções alternativas para os problemas enfrentados na agricultura convencional (SATO, 2013).

De acordo com o clima da região amazônica, estudos demonstraram que os SAFs se adaptam muito bem ao esquema de produção da agricultura familiar e propicia uma maior relação entre o homem e a natureza, mantendo a floresta em pé, e possibilitam a sobrevivência econômica, social e ambiental, alicerçados na proposta dos empreendimentos solidários (GAMA, 2006). Conforme Florit (2016, p. 264)

As concepções de natureza destes grupos, embora contenham uma valoração de uso da natureza na medida em que dependem do uso direto desta para atender suas necessidades de subsistência, não implicam numa redução da natureza a um estatuto meramente instrumental. Pelo contrário, trata-se de uma relação com a natureza carregada de sentidos e significações simbólicas e de práticas de uso que denotam uma simultaneidade entre o uso dela e a sua consideração moral.

Embora exista a necessidade de aportes à economia dos agricultores que dele fazem parte o sistema está centrado “na diversidade de modos de vida nos quais a natureza e a paisagem constituem valores de uso, não redutíveis à mera monetarização em função de que detêm uma condição dual de significação simbólica e provimento material” (FLORIT, 2016, p. 265).

Para Sato (2013), a cultura conservacionista é disseminada pelos técnicos e pelos participantes mais antigos do Reça, em todos os grupos, fazendo com que a floresta seja considerada como um patrimônio a disposição dos associados. A estrutura do Reça, em constante fase de reformas e ampliação, conta com 03

<sup>17</sup> Formas de uso ou manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em sequência temporal e que promovem benefícios econômicos e ecológicos.

<sup>18</sup> Ser vivo (animais) que nasce ou vive em floresta, mata ou selva.



agroindústrias: 01 de palmito, 01 de polpas e 01 de óleos, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2: Agroindústrias do Reça

AGROINDÚSTRIA DE POLPAS	AGROINDÚSTRIA DE ÓLEOS	AGROINDÚSTRIA DE PALMITO
Nessa agroindústria ocorre o recebimento, beneficiamento e embalagem de polpas produção/processamento de polpas de cupuaçu e açaí. Fora de safra há aproximadamente três funcionários e no período de safra emprega-se cerca de 30 funcionários (temporários).	Nessa agroindústria é trabalhado a extração e o beneficiamento de óleos de cupuaçu, da castanha da Amazônia e da andiroba, utilizados como matéria prima na fabricação de cosméticos.	Nessa agroindústria é trabalhada a extração e o beneficiamento da polpa de palmito para envasamento em conserva.

Fonte: Reça (2012); Sato (2013).

A partir da estruturação das 03 agroindústrias citadas anteriormente, onde os produtos são retirados de maneira extrativista da floresta, a gestão integrada é a forma utilizada pela organização. A instituição trabalha em função do produtor e o produtor trabalha contando com os recursos que são próprios do Reça. Isto é, na medida em que os projetos foram e, ainda hoje, são implantados, vai-se adquirindo recursos para apoiar a produção e colocando-os a disposição dos produtores, nas suas atividades diárias.

### **5.3 Empreendimento solidário: ações empregadas na Organização RECA**

Nesta seção, foram relacionadas às principais ações organizacionais, sociais e de produção desenvolvidas no Reça, que de acordo com os princípios da Economia solidária, são características importantes das iniciativas de Empreendimentos Solidários, tanto nos aspectos administrativo e comercial como no aspecto cooperativo de produção e organização entre seus membros.

#### **5.3.1 Atividade extrativista: cultivo e produção**

Sistema de produção coletivo articulado (organização – produtor). É um modelo próprio, implantado como estratégia de gestão participativa, que vem fornecendo resultados reconhecidos e visíveis na presente pesquisa. É um sistema de produção de interdependência entre a organização e o produtor, onde este, como garantia de retorno da produção, planta ou produz de acordo com a



demanda institucional e a organização se porta como um facilitador no alcance dos objetivos como o melhor retorno financeiro com menores custos e justiça distributiva. É um modelo de Gestão integrada; os produtores podem realizar suas atividades cotidianas projetando o uso de recursos pessoais e organizacionais (do Reca).

A articulação SAF com extrativismo ocorreu, no início, por força legal (necessidade de reflorestamento). No entanto, de acordo com dados encontrados na pesquisa, aos poucos se percebeu que o replantio das espécies nativas juntamente com espécies que se adaptam as condições regionais teria melhor produção e melhor ambiente de trabalho, uma vez que a floresta fornece melhores condições para um maior volume de produção e um melhor aproveitamento da propriedade com menores custos de manutenção.

Quanto ao acesso à matéria prima: não foi encontrado nenhum relato de dificuldades nesse sentido, relacionadas ao extrativismo ou aos SAFs. No Reca, até então, não há produção excedente, pelo contrário, está se buscando aumentar o volume produtivo para sanar a demanda e possibilitar a oferta de mais produtos ao consumidor final.

Com relação ao cultivo e manejo do solo e plantas: o manejo e cultivo do solo se dão pela adubação orgânica e uso de corretivos e defensivos orgânicos. Foi implantado também o reaproveitamento de resíduos por meio da utilização da torta da castanha e cupuaçu como adubo natural, e torta de castanha e do cupuaçu para ração animal.

Dentre os produtos cultivados e beneficiados pelo Reca são extraídos a castanha e o açaí (que em média 90% ainda são nativos), copaíba, andiroba e bacaba. São cultivados em SAFs em maior relevância (volume de plantio e comercialização), o cupuaçu, a castanha, o açaí, a pupunha - palmito e sementes (certificados), araçá-boi e acerola.

### **5.3.2 Autogestão do empreendimento e fontes de financiamento**

As ações de gerenciamento do empreendimento podem ser detectadas a partir do modelo de gestão adotado: a autogestão, ou seja, gestão integrada e participativa (produtor/Reca/produtor), onde as decisões são definidas entre seus



membros a partir da discussão e reflexão dos temas propostos em assembleias de forma deliberativa.

Quanto à capacidade de suporte financeiro, de maneira geral, hoje, os produtores do Reça possuem autonomia financeira e condições próprias para efetuarem seus empréstimos e financiamentos junto às agências fomentadoras. No entanto, há o reconhecimento de que desde o início e quando necessário, o Reça tem funcionado como o avalista. Os projetos de implantação de áreas normalmente são financiados por organismos internacionais e órgãos do governo federal (Ministério do Meio Ambiente), onde a forma de prestação de contas é comprovar a total e correta aplicação do recurso.

### **5.3.3 Comercialização solidária e divulgação**

Com relação à distribuição, foi observado que o Reça tem concentrado suas vendas em ações coletivas para indústrias e para o consumidor final, regional e nacional, a exemplo do palmito. Pela forma de apresentação do produto: alteração nas embalagens e no rótulo do palmito. Pela ampliação de mercado: vendas coletivas a varejo, em supermercados e distribuidoras especializadas, restaurantes e lanchonetes, representantes comerciais em vários Estados brasileiros e venda para o exterior. Inserção no mercado: aumentar o volume de produção para alcançar o consumidor final, com a marca Reça (sistema ecológico extrativista de produção).

No processo de comercialização, o Reça está nos procedimentos para registro de doces e geleias a partir dos Produtos Florestais Não Madeiros (PFNMs), fabricados pelas mulheres produtoras; e, nos procedimentos de aquisição de maquinários para fornecimento de polpas para o consumidor final, local e nacional. Ressalta-se a grande visibilidade nacional do Reça pela comercialização do óleo do açaí para umas das principais empresas do ramo de cosméticos do Brasil: a Natura.

### **5.3.4 Inclusão social familiar e de gênero**

Filosofia empregada (equidade entre as gerações): respeito à floresta, biodiversidade, produção em SAFs, preocupação em repassar a filosofia às futuras gerações.



No tocante ao envolvimento da família com a atividade produtiva e com a filosofia participativa do Reca os dirigentes e associados mantêm preocupações, pois esse envolvimento é percebido como uma forma de manter o modelo produtivo comunitário, além de ser uma forma de repassar para as gerações futuras a cultura comunitária e associativa de convivência e de produção.

Com relação ao compartilhamento de experiências, o estudo demonstra que os produtores tem satisfação em compartilhar as experiências por meio do dia de campo, organizado em cada grupo ou grupo familiar.

A equitabilidade social vem sendo uma preocupação desde o início das atividades do Reca, que inclusive traz em sua missão a meta de contribuir para uma sociedade mais humana e justa. Os dados encontrados na pesquisa vão ao encontro dessas preocupações, principalmente, quando do tratamento igualitário e projetos que privilegiem os mais necessitados, a exemplo de um projeto em execução em parceria com a Caixa Econômica Federal para construção de casas para produtores, objetivando uma melhor qualidade de vida.

Em relação à igualdade de gênero, durante a pesquisa não foi percebido nenhuma situação que faça distinção entre os sexos masculino e feminino. Pelo contrário, o Estatuto da organização Reca, no Artigo 19, Alínea “m” exige que na composição dos grupos haja, no mínimo, uma mulher. No entanto, apesar da participação das mulheres nas reuniões rotineiras dos grupos e seu envolvimento nas atividades que envolvem produtores, a mulher não se manifesta como associada, ou seja, o marido é o representante da família e quem estabelece o vínculo de associado com o Reca.

Como mecanismos de incentivo a participação do produtor e de seu grupo familiar, durante a pesquisa, foi percebido um diferencial do Reca em relação ao encontrado normalmente nas associações e cooperativas. No Reca não é cobrado nenhum valor para se tornar ou se manter associado. A exigência para ser associado ao Reca é ser produtor, atender ou estar disposto a se adaptar as regras de produção adotadas pela instituição (ecologicamente correto) e principalmente, participar das reuniões mensais da organização.



### **5.3.5 Parcerias governamentais e cooperações institucionais**

Em relação às parcerias do Reça com iniciativas ou políticas governamentais e privadas, pode-se destacar que o primeiro grande projeto que basicamente deu origem ao Reça, foi uma parceria com uma organização privada que impulsionada por um Bispo Católico investiu recursos para implantação dos primeiros SAFs. No decorrer de suas atividades, ao longo dos seus quase 25 anos de existência, outras parcerias surgiram como exemplo de órgãos voltados para pesquisa, como: IMPA, EMPRAPA, EMATER, Grupo de pesquisa da Universidade Federal do Acre - UFAC; órgãos governamentais como: IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, IDARON, Escola Família Agrícola - EFA; parcerias privadas tais como: Natura, GTZ, Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, Amigos da Terra, entre outras.

Parceiras estabelecidas a partir de 2013 com a EMBRAPA e UFAC na realização de pesquisas, de uso de fitoterápicos no cultivo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs) e desenvolvimento de ração para aves e ruminantes a partir das tortas (sobras) de cupuaçu e castanha, respectivamente.

### **5.3.6 Premiações internacionais**

A marca Reça tem sido premiada em nível nacional e internacional pelo modo de produção em SAFs de forma ecologicamente correta, e pelo seu jeito de organizar solidário que promove a sustentabilidade e o bem viver respeitando a sociobiodiversidade da Amazônia. A marca vem ganhando espaço dia após dia, principalmente, após a certificação da maioria de suas áreas que no momento estão fornecendo produtos a partir de PFNMs (palmito, sementes de pupunha, rambutã, cupuaçu) certificados a grandes empresas, principalmente do ramo de cosméticos, a exemplo da *Natura Ekos*.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modo capitalista de produção, desde sua criação, nunca se constituiu num modelo totalitário, sempre existiram as minorias excluídas culturalmente, socialmente e economicamente. Contudo, as desigualdades socioeconômicas são necessárias para o capitalismo, tendo em vista que são essas disparidades que mantêm esse sistema, por meio da miséria e da exploração do trabalho de muitos. Diante disto, fez-



se necessário o surgimento de alternativas capazes de atender a população marginalizada, sobretudo de experiências que visem à geração de trabalho e renda como a Economia Solidária e os Empreendimentos Solidários com conceitos de inclusão, cooperação e autogestão.

As considerações finais da presente pesquisa contaram com o apoio da análise sobre a trajetória do objeto de estudo (Organização Reça), realizada por Sato (2013) na conjuntura da região amazônica, sendo possível compreender a trajetória histórica do Reça e a partir da abordagem teórica da Economia Solidária e dos Empreendimentos Solidários, pode-se compor os resultados.

Ao caracterizar a organização Reça, como um novo tipo de organização social, resultado da combinação de uma associação-cooperativa de produtores de Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs), identificou-se também nova forma de produção (articulação entre uma lógica de recursos coletivos, da organização) e de uma gestão sob a governança dos agricultores (autogestão).

Pela forma organizacional e produtiva do Reça em Rondônia, pode-se observar a relação entre sua estrutura organizativa e humana com os conceitos propostos pela Economia Solidária, ponderando o agir econômico dentro dos limites que promovam igualdade de oportunidades, crendo na possibilidade de um Empreendimento mais Solidário, no sentido de trocas mais justas entre vendedor e comprador.

Com um modelo de arranjo socioprodutivo extrativista de base comunitária, o Reça pode contribuir para articular ou, ao menos revelar a complexidade da economia real, cujos elementos são rerepresentados por grupos de consumidores, empresas urbanas, empresas ou entidades rurais de produção familiar e as cooperativas de comunhão solidárias voltadas ao mercado coletivo, mas não ao lucro individual.

Considera-se, portanto, que um empreendimento compartilhado, a exemplo da Organização Reça, pode superar a competitividade econômica por meio da negociação da diversidade de interesses (ações políticas e éticas), que conduzam a uma atividade produtiva coletiva, solidária e socioecológica. Possibilitam ainda, encontrar mecanismos que permitam utilizar sistematizar e potencializar o saber tradicional dos povos locais com tecnologias voltadas para a preservação dos recursos naturais, visando um retorno econômico para seus agentes de produção e por fim, proporcionar maior equidade social para as comunidades e regiões mais carentes da Amazônia brasileira.



## REFERÊNCIAS

- ARROYO, J. C.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente)
- BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento** – as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas/SP: UNICAMP, 2008
- BERTUCCI, J. de O. **A Economia Solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BUBER, M. **O socialismo utópico**. Tradução: Pola Civelli. São Paulo. Editora Perspectiva, 2007. (Debates).
- CRUZ, Antônio (2006). **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese de doutorado em Economia, Unicamp Campinas, SP, 2006
- CHARBONNEAU, P-E. **Entre capitalismo e socialismo** : a empresa humana. São Paulo: Pioneira, 1983.
- ESTENSSORO, L. **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina**. 2003. 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FLORIT, L. F. Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 36, p. 255-271, 2016.
- GAMA, M. M. B. **Principais relações de comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNM) na Amazônia**, 2006. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=299> . Acesso em: junho/2016.
- IBAMA/CNPT. **Amazônia: Reservas Extrativistas: estratégias 2010**/Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, CNPT. Brasília: Edições BAMA, 2010.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. **Economia solidária v.1** - As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>. Acesso em: 09.03.17
- LECHAT, Noelle Marie Paule; BARCELOS, Eronita da Silva. **Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Revista Katalysis, v.11, 2008, p. 96-104.
- MARX, K. O capital: **crítica da economia política**. Lisboa: Progresso-Editorial, 1990. Livro I Tomo I.
- MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999
- MAX-NEEF, Manfred. **Economia descalza: señales el mundo invisible**. Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 1986.



NASCIMENTO, Celso Augusto Torres do. **Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural**: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida - tese de doutorado. UFAM, Manaus- AM, 2016.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAZETO, Luis. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade**. Proposta, 75, 91-99, dez/fev., 1997.

RECA. **Projetos e comercialização**. 2012. Disponível em: [http://www.projetoreca.com.br/site/?page\\_id=44](http://www.projetoreca.com.br/site/?page_id=44). Acesso: Outubro, 2016

RECA. **Nosso Jeito de Caminhar**. A história do Projeto Reca contada por seus associados, parceiros e amigos. 2003.

RUSS, J. **O socialismo utópico**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Universidade hoje).

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986a.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.

SAMPAIO, C.A.C (organizador). **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau, Edifurb, 2010, 128p.

SAMPAIO, Carlos; DALLABRIDA, Ivan; PELLIN, Valdinho. **Para pensar a socioeconomia das organizações**: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v.109, p.49 – 80, 2005b.

SATO, Suzenir Aguiar da Silva. **Desenvolvimento Sustentável para a base da pirâmide (bop) baseado em Recursos Naturais Renováveis Amazônicos (PFNMs): o caso Reca** – tese de doutorado. UFRGS, Porto Alegre - RS, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67627> Acesso em: Setembro, 2016.

SINGER, P. I. **Uma utopia militante**. Repensando o Socialismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

SINGER, P. I. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Orgs.). **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHIOCHET, Valmor; **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária:** Breve trajetória e desafios. Economia solidária e políticas públicas. IPEA - Mercado de trabalho, 40. ago. 2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ECONS\\_institucionalizacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf). Acesso em 10. Mar/2007

STOCKINGER, Gottfried. **A reestruturação de relações Tradicionais na Amazônia numa era de modernização forçada (1960-1918)**. In: COSTA, Maria José Jackson (org). Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2001.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. da.; **História Regional:** Rondônia. Porto Velho: Edufro, 1998, 240 p.